

A Propósito da Dissolução do Sistema Monárquico de Teófilo Braga

A ideia de República de Joaquim Teófilo Braga encontra-se espelhada, basicamente, neste seu livro de 1881, *Dissolução do Sistema Monárquico Representativo*.



POR ORLANDO SAMÕES

DOCENTE DO INSTITUTO DE ESTUDOS POLÍTICOS
DA UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA



Bem sabemos que o autor acabou por desempenhar funções que se encontram no centro da questão republicana. Tentemos, contudo, ignorar o contexto para que a suas ideias surjam em si, abrindo mais possibilidades de crítica. Muito resumidamente, a tese de Braga é a seguinte: o que melhor define o ideal da monarquia é a anarquia. O que a funda é uma pura irracionalidade e os seus efeitos são a cedência de território português à Inglaterra e a miséria do país. O advento da república é inevitável devido ao avanço da ciência e está inscrito na natural ordem das coisas.

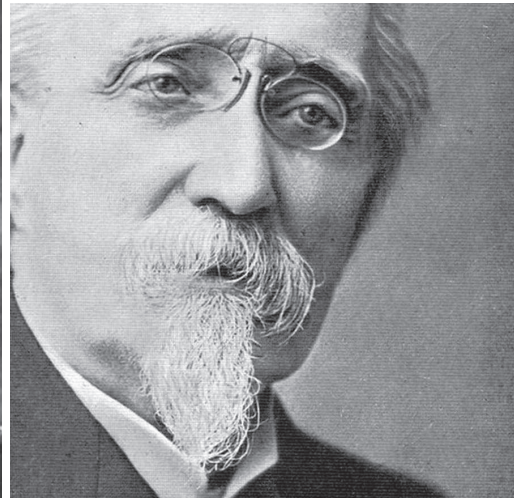
Nas incursões que farei à exposição dos conceitos deste autor, não estarei a levar em conta nada que não esteja escrito neste seu conhecido trabalho e, portanto, não os contestarei. Imaginemos que ele se trata de um reconhecido politólogo cujos pensamentos devem ser tomados em consideração. Deixemos Braga falar. A sua inquietação sobre o estado do país é colocada da forma seguinte, logo no princípio do Livro.

“É o que se observa em Portugal: anarquia intelectual, moral e política, deshonra completa dos homens públicos, esgo-

tamento das forças económicas da nação, desmembramento do seu domínio colonial reduzindo o território de Portugal à situação inevitável de província de Espanha, a governação limitada a expedientes de interesse partidário, e a totalidade da nação indiferente ao seu destino, sofrendo por inércia por inércia todas as leis estúpidas que lhe dificultam a vida e lhe embaraçam a actividade.” (p. 2)

IRRACIONALIDADE NA ESCOLHA MONÁRQUICA

A base fundacional da Monarquia encontra-se, tal como dito, numa profunda irracionalidade. Isto acontece porque a autoridade do Rei reside na “graça de Deus”, como várias vezes sugerido. A certeza que o autor tem sobre a irracionalidade da graça divina fá-lo repetir esta expressão constantemente, aparecendo em doze páginas diferentes sem qualquer varian-



À ESQUERDA D. Manuel II, último rei de Portugal
EM CIMA Dr. Manuel de Arriaga, 1º Presidente da República
PÁGINA OPOSTA Teófilo Braga. Entre 29 de Maio e 4 de Agosto de
1915, exerceu o cargo de Presidente da República Portuguesa

te ou explicação. Contudo, o autor parece sugerir que esta seria apenas uma faceta mais evidente e popular da verdadeira fundamentação das monarquias. Na realidade, a guerra terá sido o principal impulsionador do começo das dinastias.

“Os reis foram chefes militares electivos; a sua valentia pessoal fez com que se fixasse o mando durante a sua vida na sua prestigiosa individualidade; dado este passo, em que outros chefes aceitaram a posição subalterna, mas conservando o título exterior de pares ou iguais ao rei, o chefe supremo tratou de fixar na sua família o mando, transmitindo-o por herança aos seus filhos.” (p. 154-5)

Braga sublinha deste modo que “a realeza tem a tradição e o instinto da guerra” (p. 158), pelo que “ainda hoje os jornais portugueses noticiam ao público, que o nosso rei matou um certo número de gâmos, e que o príncipe herdeiro matou grande porção de pombos ou de perdizes” (p. 159). São tudo reminiscências de um instinto bélico. Talvez por isso, argumenta, a monarquia tenda sempre a ser favorável à centralização dos recursos.

Os partidos existentes ficam emaranhados nessa centralização. Dada a existência de uma autoridade monárquica a quem devem o poder, resta-lhes elogiarem-na. Os partidos da monarquia são, nas suas palavras, *Partidos de Bajuladores* que apenas obedecem à coroa. Contrastam com os partidos verdadeiramente críticos que virão com a república. Falta-lhes plano político (p. 22 e 120) e são iguais entre si: “as designações de *regeneradores* e *progressistas* são puros sinónimos” (p. 189). Segundo Braga, eles teriam aparecido de um movimento único de resistência ao governo de D. Maria II e que agora, muito facilmente, até trocavam membros entre si, dependendo de conveniências momentâneas. “Nasceram

de um sentimento nobre e digno, que se corrompeu, e que mesmo para os sinceros de então ficou esquecido; hoje são bandos que se ligam para assaltarem o poder.” (p. 31)

O autor faz mais duas leituras da centralização. Em primeira instância, ela apenas gera ainda mais complicação nos serviços públicos (p. 142). Como consequências mais profundas, temos que esta centralização é uma tentativa monárquica de “dispensar” e de “aliviar” o cidadão dos seus direitos políticos. Fundada na irracionalidade e tendo por objecto a anarquia moral, “a monarquia absoluta tratou de desenvolver este egoísmo de cada um por si” (p. 130) quer que abandonemos os direitos políticos para nos fixarmos nos civis. Numa frase, “a monarquia absoluta (...) estabeleceu a centralização de poderes a pretexto de administração pública, e os melhoramentos materiais e a instrução, e empurrou o cidadão para

MAS NÃO PARECE QUE BRAGA DEFENDA A LIBERDADE. NÃO O FAZ DE FORMA EXPRESSA, NEM IMPLÍCITA. NUNCA A SUGERE E NÃO TEM A MÍNIMA NOÇÃO QUE ESTA POSSA SER UMA FORMA DE RESOLVER ALGUNS DOS PROBLEMAS QUE MENCIONA. ESCOLHE SEMPRE, DELIBERADAMENTE, SOLUÇÕES DUVIDOSAS QUE ROÇAM O HISTORICISMO E QUE AGARRAM O POSITIVISMO

a esfera individual dos seus negócios domésticos.” (p. 131)

Apenas a república poderá seguir o exemplo da França na sua solução democrática (p. 40). A república traz consigo portanto a democracia (p. 21) e ainda a igualdade perante a lei. Contudo, a própria “conquista civil da igualdade perante a lei”, explica, “só se torna eficaz com a realização do seu corolário lógico, a igualdade na formação ou participação da lei” (p. 136). A esfera civil passa então a ser em tudo semelhante à esfera política, o que para Braga traduz somente aquilo que chama de “ideia científica da Democracia moderna” (p. 186). Note-se aqui a aproximação ao positivismo legal. Por fim, as instituições anárquicas da monarquia desaparecerão com certeza:

“Propagam-se as ideias da democracia com um protesto de dignidade humana, mas esta propaganda faz-se sem paixões, e com tanta mais serenidade quanto ela deriva de convicções científicas, que hão-de realizar-se porque estão na ordem das coisas.” (p. 14)

IMORALIDADE DA ANARQUIA

Para descrever a decadência da monarquia, Braga precisou de talhar um livro em que cerca de 3/4 das páginas estão dedicadas a capítulos sobre a anarquia. As suas aproximações ao conceito são muito curvadas e servem-lhe, em traços gerais, para exprimir o caso português da época. Ainda assim, estas suas definições de anarquia, ajudam a clarificar a sobreposição entre a monarquia e a anarquia, que é o traço mais vincado de todos os seus raciocínios.

A sua anarquia parece fundar-se na falta de maneiras dos comportamentos humanos e assola somente os detentores de cargos públicos. Na sua maneira de ver, “no meio desta extraordinária anarquia política, que passa sem protesto porque é uma consequência de uma anarquia mais profunda, a anarquia intelectual e moral, há só uma frase que pinta ao vivo esta dissolução monárquica, e que é uma consolação nos desolamentos quotidianos – *Estão todos doudos!*” (p. 23) Mais à frente, salienta contudo que “idiotas” são apenas os governantes e não a nação portuguesa (p. 25).

A forma como se manifesta a anarquia é definida a partir daqui como sendo uma espécie de “perversão das subordinações” (p. 54). Ao que parece, “os grandes, os poderosos, os que exercem a autoridade vivem a seu bel-prazer, sem respeitabilidade nos costumes, sem coerência nas acções, sem disciplina nas paixões” (p. 55). Isto aconteceria porque, “individualmente, os que governam são no seu trato pessoal e doméstico excelentes criaturas, mas uma vez investidos da autoridade caem num faccioso facínora, numa perversão alucinada, numa miserável contradição dos factos com precedentes do seu carácter” (p. 49). Assim sendo, uma preocupação constante prende-se com a falta que fazem homens de elevado trato social em Portugal. Assusta-o, nomeadamente, que os principais rostos reconhecidos no seu tempo sejam pela monarquia, ou seja, sejam conservadores, como ele próprio diz. A sua forma de os definir acaba por ser engraçada.

“Quando o macaco cai na água, em vez de nadar como os outros animais, tapa os ouvidos e deixa-se ir ao fundo; a noção vaga do perigo não o deixa seguir o instinto espontâneo da conservação, descoordena-lhe os movimentos, e obedecendo a uma primeira impressão, alucina-se e morre tendo todos os recursos para salvar-se. São assim os chamados conservadores; no meio

das oscilações sociais preferem sucumbir agarrados aos velhos preconceitos...” (p. 181)

No entanto, Braga admite que, aqueles que denomina de conservadores, têm razão ao dizer que a república não tem homens reconhecidos que a defendam (p. 51 e p. 184) e até que os republicanos actuais seriam ainda muito jovens (p. 190). Pelos vistos a expressão popular – Não temos homens – que tantas vezes é repetida no livro (p. 52-7), encontra alguma veracidade no campo republicano. Admite que fariam falta homens de vulto (p. 183) para se juntarem à causa. Mas para ele, acima de tudo, a República não precisará de ninguém em especial. A República nem sequer “perde tempo” a discutir fórmula (p. 173). Para a alcançarmos, precisamos sim de mais ciência na política. “Quanto maior base científica se der à solução política, tanto mais se elimina a acção perturbadora das paixões individuais, e tanto mais se dispensa a intervenção dos chamados salvadores” (p. 185). Mais uma vez a solução passa pelo cientismo positivista.

CEDÊNCIAS À INGLATERRA

Mas a dimensão que melhor traduz a necessidade de remoção da monarquia é a campanha, por esta dinastia iniciada, de cedências contínuas de território à Inglaterra. Estas “vantagens exclusivas para a Inglaterra tem sido motivada pelo medo fantasmagórico da Espanha” (p. 99). Segundo ele, “sem colónias, Portugal fica outra vez reduzido a um apêndice da Espanha”, ficando incorporado “como uma província rica na unificação espanhola” (p. 85). A Inglaterra faz uso de um “poder oculto” (p. 117-8), que deixa os portugueses dóceis perante as suas investidas e exigências. A descolonização representa perdas de território que só têm acontecido pela má influência britânica.

Braga não consegue entender muito bem aquilo que apelida de *poder oculto* Inglês. Mas depreende que este apenas funcionará, certamente, devido ao atraso português em termos políticos. A sua abordagem abraça de novo o positivismo: Os fenómenos cosmológicos e biológicos também eram explicados por causas ocultas antes de serem positivados pelo grau das ciências, refere. A colagem a Comte é absoluta: “A política, como a ciência especializada dos fenómenos sociológicos, está passando por esta situação irracional em que terá de desprender-se dos arbítrios da personalidade para ser o conhecimento positivo da coordenação dos factores sociais” (p. 117).

Na parte relativa à anarquia económica ele estabelece a ligação entre os “caprichos” (p. 66) da família real e a torrente de empréstimos que Portugal tem de aceitar na banca. Com consequências graves para com os níveis de impostos futuros (p. 69). Igualmente o preocupa, neste âmbito, que os banqueiros escolhidos sejam maioritariamente Ingleses (p. 73). Enquanto houver monarquia, a ligação à Inglaterra vai ser estreita.

Sobre este assunto é particularmente interessante notarmos um tom que enaltece a influência Francesa, com quem já teríamos tido uma “aliança fecunda” (p. 99, sobre 1641), em contraste com a agressividade com que o autor fala sobre a Inglaterra. Para ele a República é a única forma de garantir a soberania (p. 145) e uma vez derrubada a monarquia, os republicanos portugueses teriam, acima de tudo, de cortar relações com a Inglaterra. Expressões como “a Inglaterra faz de nós o que bem quer” (p. 81) e “a obra da nossa cooperação com Inglaterra na civilização da África é simplesmente a



partilha entre o lobo e o cordeiro” (p. 96) não podem ter uma leitura neutra. A aprovação do tratado de Lourenço Marques, por exemplo, é considerada uma traição à pátria (p. 92) e a “máscara” de uma doação gratuita (p. 95). Este tratado, por fim, ajuda-nos a clarificar a posição de Braga quanto ao país em questão: “Mais uma parte do território português entregue ao nosso eterno inimigo, a Inglaterra” (p. 97).

REPÚBLICA POSITIVA

A república, ao contrário de tudo o que foi dito sobre a monarquia, reflecte o aludido avançar dos tempos e o conhecimento científico. “A fundação da república em Portugal é-nos imposta pela marcha dos acontecimentos; o mal-estar geral é que incita a nação a pensar em reorganizar-se sob outra forma política” (p. 138). Parece ser um tipo de regime que ao chegar tudo resolve, de uma vez só e ao mesmo tempo. É o contrário da Anarquia. “A república é um governo justo e moral porque prescinde da tradição irracional e abusiva da realeza” (p. 157). O principal inspirador de Braga é Auguste Comte. Apenas este pensador teria percebido as verdadeiras leis inevitáveis e das forças inquebráveis do progresso e da ciência, que a monarquia tentava fazer recuar. Por esta via Braga faz uma mistura entre um futuro inevitável que já se encontra contido nas leis de ferro da história, e que o aproximaria de Hegel – nunca directamente citado, com a ideia de progresso de Comte que aponta para o positivismo legal.

Talvez tenha feito um diagnóstico esforçado na época, que pode ter parecido razoável. (Ou, muito bom, a julgar pela notoriedade que conseguiu alcançar.) A identificação da anarquia, como a por ele descrita, pode ser aceite como um sério problema político. Em certa medida, ainda hoje, a ausência de valores morais e de pessoas de elevado carácter na política podem ser considerados um problema. De resto, também a nossa sociedade poderia concluir isto: “Chegámos à situação de dizermos com franqueza, o estado rouba-nos, atropela-nos, embaraça-nos na nossa actividade” (p. 42).

Mas não parece que Braga defenda a Liberdade. Não o faz de forma expressa, nem implícita. Nunca a sugere e não tem a mínima noção que esta possa ser uma forma de resolver alguns dos problemas que menciona. Escolhe sempre, deliberadamente, soluções duvidosas que roçam o historicismo e que agarram o

positivismo. Ele assume ainda uma postura que diz ser racional. Contudo, não nota que ao frisar que a marcha do progresso é inevitável, está a colocar o desenrolar dos acontecimentos fora do alcance das apreciações humanas. Ficando igualmente comprometida a razoabilidade das nossas próprias acções. Ora, se a razão for juíza dos actos ao mesmo tempo que estes se tornam irrelevantes, dado que estão contidos na inevitável ordem das coisas, dificilmente se poderá argumentar quanto à racionalidade deste seu conceito de progresso. A razão passa a não ter

qualquer papel visto que os actos são destituídos de escolha. Por isso ele acaba por cometer os erros que queria evitar: não estando disposto a aceitar a irracionalidade da monarquia, apresenta uma escolha republicana fundada na irracional marcha do inevitável progresso. É uma variante da conhecida formulação do já nosso conhecido racionalista radical que acredita que sabe, mas que não sabe que acredita.

Outro problema que escapa à sua reflexão é que a discussão entre a monarquia e a república é um debate em torno de uma questão baseada na antiga pergunta do tipo: “Quem deve Governar?” Que neste caso se traduz nas dificuldades e benefícios de termos um Rei ou um Presidente. A pergunta sobre *Quem?* leva-nos sempre a uma resposta baseada em “Alguém” (entidade cuja autoridade pode transferir o governo para “Outrem” violando de forma paradoxal a premissa que serviu de base à primeira escolha desse “Alguém”). É uma questão

circular, cuja resposta terminou vezes demais na concentração do poder e na sua fortificação em torno de Um salvador, em Alguns eleitos, ou, pior ainda, em Todos. Por isso, tal como foi argumentado por Karl Popper, mais interessante seria vermo-nos livres desta pergunta.

A pergunta que nos deveria deste modo intrigar poderia ser diferente. Acentuar os limites do poder daquele que o tiver, seja ele quem for: Rei ou Presidente. A pergunta “Como Evitar a Tirania?” foi a sugerida. Centra-se no ponto correcto. Podemos ter uma inclinação pessoal mais pela monarquia ou mais pela república. Podemos sempre, como faz Braga, tentar justificá-la. Muito mais premente, contudo, seria firmar a importância de limitar o poder pela regra da lei, independentemente do tipo de representante que possamos ter. Sublinhar o valor que reside em adoptar e acarinhar *Regras* que não permitam a interferência do governo, nem de ninguém, na vida das pessoas. ::



PODEMOS TER UMA INCLINAÇÃO PESSOAL MAIS PELA MONARQUIA OU MAIS PELA REPÚBLICA. PODEMOS SEMPRE, COMO FAZ BRAGA, TENTAR JUSTIFICÁ-LA. MUITO MAIS PREMENTE, CONTUDO, SERIA FIRMAR A IMPORTÂNCIA DE LIMITAR O PODER PELA REGRA DA LEI, INDEPENDENTEMENTE DO TIPO DE REPRESENTANTE QUE POSSAMOS TER

